

DOM PEDRO CASALDÁLIGA: SINÔNIMO DA LUTA PELA TERRA NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE

LUCIENE APARECIDA CASTRAVECHI*

As nossas análises serão direcionadas para a cidade de Santa Terezinha, que faz partes dos municípios que compõem a Prelazia de São Félix do Araguaia, ¹situada no curso médio Rio Araguaia e localizada no Nordeste do Estado de Mato Grosso, fazendo divisa com os Estados do Pará, Tocantins e Goiás. A região é formada por quinze municípios, distantes em média 1.100 km de Cuiabá capital de Mato Grosso.

Com o estabelecimento das empresas agropecuárias no Nordeste de Mato Grosso a partir de meados da década de 1960² temos uma mudança nas relações sociais da população que já habitava aquela região desde o início do século XX. Dentre elas podemos citar o povoado de Santa Terezinha, que teve parte de sua área ocupada pela agropecuária CODEARA.

Conforme Souza (2010) a área de Santa Terezinha começou a ser habitada por não-índios no início do século XX. Essa população veio principalmente dos Estados do Nordeste do Brasil e se deparou com os índios Karajá, não tendo problemas de convivência com este povo, pois a terra era abundante. Os migrantes tinham que se dirigir aos antigos moradores para que estes lhes indicassem os locais onde eles poderiam se estabelecer, conforme nos mostra Esterici:

*Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Bolsista Capes.

¹Conforme informações retiradas da carta pastoral de Dom Pedro Casaldáliga, o decreto de criação da Prelazia de São Félix do Araguaia, denominado de "Quo commodius", foi assinado por Paulo VI, aos 13 de março de 1970, estabelecendo os limites estritos da Prelazia de São Félix: "Ao norte, os confins da Prelazia de Conceição do Araguaia, que atualmente delimitam os Estados do Pará e Mato Grosso; ao leste os confins da Prelazia de Cristalândia, e ao oeste os da Prelazia de Diamantino, ou seja, os rios Araguaia e Xingu; ao sul a linha traçada em direção noroeste desde a confluência dos rios Curuá e das Mortes; e daí em linha reta até a confluência dos rios Couto de Magalhães e Xingu". A Prelazia de São Félix abrange 150.000 km² dentro da Amazônia Legal, no Nordeste de Mato Grosso, e com a Ilha do Bananal (CASALDÁLIGA, 1971, p. 04).

²A partir de 1968 o Nordeste do Estado de Mato Grosso passou por diversos conflitos violentos pela posse da terra, dentre eles podemos citar: Serra Nova Dourada (posseiros x BORDON/S/A), Porto Alegre do Norte (posseiros x FRENOVA), Santa Terezinha (posseiros x CODEARA), São Félix do Araguaia (posseiros x SUIÁ MISSÚ. Para um estudo detalhado acerca dos conflitos, consultar: Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Pasta A.17 a A.19 e CASALDÁLIGA, 1971.

Como quando eu cheguei aqui, eu não conhecia nada, mas a gente procurava assim: quem é o dono dessa mata para cá? Aquele vizinho lá da terra dizia: Não eu tenho uma propriedade bem aqui; você arredando daqui cem, duzentos metros da minha casa, você pode fazer sua casa e morar.

Meu pai comprou uma casa com o sítio de um homem. Era perto da casa do velho Cecílio. Ai meu pai falou com o pai dele, e ele aceitou que o meu pai fizesse a roça naquele lugar (ESTERCI, 1987, p. 71).

Como podemos observar a terra não tinha proprietário, era de todos, desde que respeitassem as regras para apropriação do espaço. As pessoas viviam em comunidade devido ao isolamento natural e a falta de estradas, sendo o rio Araguaia o único meio de acesso à região, o qual no tempo da seca se tornava inavegável. As roças de subsistência eram cultivadas coletivamente durante o período das chuvas, que iam de outubro a abril. De acordo com Souza, “os agricultores preparavam a terra e plantavam as roças de arroz, feijão, mandioca, batata-doce, milho, gergelim, inhame, frutas e hortaliças. A caça e a pesca constituíam uma importante fonte de alimento para esta população” (SOUZA, 2010, p. 233).

A CODEARA teve a área do seu projeto de 195.000ha aprovada pela SUDAM. A área do projeto se estabeleceu no distrito de Santa Terezinha, sendo que tanto as casas quanto a área de trabalho dos agricultores ficaram sob o domínio da empresa.

Desse modo, a empresa se apropriou de territórios que se tornaram para ela utilitários e funcionais em decorrência do estabelecimento de sua dominação, a qual não confere um “verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço” (HAESBAERT, 1998, p. 61), ou seja, diferente dos antigos moradores, a CODEARA não se identificou com aquele lugar. Este foi apenas caracterizado como terra de negócio da qual ela poderia obter grandes lucros, distanciando-se assim, das práticas de sociabilidade e subsistência que os posseiros empregavam as suas antigas terras de trabalho.

A agropecuária adquiriu as terras da região e mesmo ciente de que nelas havia ocupantes com direito a posse os ignorou, tendo em vista que estes estavam estabelecidos em um ponto geograficamente estratégico, próximo ao rio: única via de transporte naquela época e de fácil acesso ao porto fluvial. Havia um prazo a cumprir para receber os incentivos facultados pela lei de forma que o ritmo para a implantação do seu projeto foi acelerado, gerando um atrito com os antigos moradores. A empresa propôs aos ocupantes, ou seja, os posseiros, que fossem remanejados para locais mais

distantes, removendo-os das suas antigas terras de trabalho. Isso deu início, em 1967, à disputa entre posseiros e a empresa, o que durou até 1972.

Sobre o conflito entre a CODEARA e os posseiros, ocorrido no dia 03 de março de 1972, Esterci, o descreve da seguinte forma:

(...) um grupo de posseiros defrontou-se com membros da força policial de estado e empregados da CODEARA, ferindo sete componentes do grupo de policiais e empregados da empresa. O confronto se deu no lugar onde o vigário de Santa Terezinha, padre Francisco Jentel, mandara construir um ambulatório, obra contestada pela empresa que alegava não estar a mesma localizada de acordo com o plano de urbanização da futura cidade. Na ocasião, o oficial de polícia levava consigo uma ordem de prisão contra membros da Missão Religiosa Católica de Santa Terezinha e se dirigia ao local da obra a pretexto de averiguar um suposto depósito de armas, arsenal do movimento subversivo que, segundo denúncia do pessoal da empresa, o vigário comandava. Em consequência do confronto, tropas do exército ocuparam a área e praticamente todos os homens adultos do povoado tiveram que refugiar-se na mata por mais de cem dias para escapar à perseguição que então se fez. A “briga do ambulatório” como ficou conhecido o episódio, foi a culminância de uma série de disputas que vinham sendo travadas entre posseiros e empresas desde 1967, quando esta viera a implantar-se nas terras de Santa Terezinha (ESTERCI, 1987, p.09).

O conflito gerado a partir da instalação da empresa nas terras de antigos posseiros fez aflorar uma violência acentuada naquela localidade, pois a forma pela qual a agropecuária se apropriou daquelas terras impediu que os posseiros pudessem desenvolver sua agricultura de subsistência, sua caça e pesca, ou seja, a empresa inviabilizou uma rotina que já vinha sendo desenvolvida há anos, na medida em que empregou a violência contra essas pessoas e suas posses.

A Igreja Católica já vinha desenvolvendo trabalhos naquela região desde a década de 1950 com a presença das Irmãzinhas de Jesus³. Em 1954 chegou ao Araguaia o Padre Francisco Jentel, que viveu junto aos povos Tapirapé por dez anos; a presença desses missionários foi de fundamental importância para o aumento e proteção daqueles povos, bem como a (re)conquista de suas terras:

A vinda providencial das Irmãzinhas de Jesus e do Padre François Jentel à Aldeia Nova é que salvou os Tapirapé da desorganização total e provavelmente extinção. Nem o missionário nem as freiras operaram

³Sobre o trabalho das Irmãzinhas de Jesus junto ao povo Tapirapé. Ver: Diário das Irmãzinhas de Jesus de Charles de Foucauld, 2002.

milagre. Contudo, a intervenção das irmãs, persuadindo os Tapirapé a abandonar a prática do infanticídio, foi crucial. No mais, tanto o padre como as irmãs tentaram interferir o mínimo possível na vida Tapirapé. [...] Nunca soube que estes missionários tentassem converter os índios. [...] Nos anos 60, o Padre François realizou inúmeras viagens à Brasília, onde tentou obter com o SPI e, depois, com FUNAI, a demarcação das terras dos Tapirapé (WAGLEY, 1988 apud SOARES, 2010, p. 272).

A pedido de Tomás Balduino, pároco de Conceição do Araguaia, em 1964 o padre Jentel foi morar em Santa Terezinha para trabalhar com os posseiros e, junto com a população local, construiu um ambulatório médico e uma escola para as crianças do povoado.

O trabalho da Prelazia de São Félix do Araguaia, nascida em 1971, foi de fundamental importância no que diz respeito à garantia dos direitos da população daquela região – índios, posseiros e *peões*. A Prelazia tomou como causa de luta opor-se à expropriação e exploração daquela população, bem como interferiu e ainda interfere em ações para que se promova a reforma agrária, educação e saúde de qualidade, garantia dos direitos humanos e respeito pelos povos indígenas, como nos mostra Dom Pedro Casaldáliga⁴:

Para nós, evangelizar é promover o homem concreto – o próximo – e libertá-lo, sempre com aquele “plus” que a encarnação e a Páscoa trazem à pessoa e à história humana.

Por causa disso, bem ou mal, com tateios e em conflitos, sempre temos enfrentado a defesa dos direitos humanos e a promoção do povo ao qual fomos enviados. Nas campanhas higiênicas; no ensino – alfabetização em São Félix, em Santa Terezinha e nas Campanhas Missionárias; nos cursos primários e no ginásio; na problemática agrária (posseiros, peões); e frente às outras opressões políticas, comerciais e policiais (CASALDÁLIGA, 1971, p. 40).

⁴Dom Pedro Maria Casaldáliga Plá nasceu em Balsareny, cidade da Província Catalã de Barcelona, no dia 16 de fevereiro de 1928, Casaldáliga ingressou na Ordem Claretiana, consagrada as missões, onde foi ordenado sacerdote em 1943. No ano de 1968, Dom Pedro Casaldáliga veio para o Araguaia mato-grossense como missionário para assumir as responsabilidades pastorais. Sentiu-se convocado, diante dos problemas encontrados, além das diligências religiosas, investiu tempo e energia na organização de indígenas e posseiros e nas denúncias das violações dos direitos humanos que estes e os *peões* sofriam. Em 1971 ordenaram-no Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Em 2003, ao completar 75 anos, Casaldáliga apresentou seu pedido de renúncia à Prelazia, como exige o Vaticano de todos os Bispos, exceto ao de Roma, o papa. Acerca da atuação de Dom Pedro Casaldáliga na Prelazia de São Félix do Araguaia. (ESCRIBANO, 2000).

Ao se estabelecer nas áreas ocupadas por índios e posseiros a empresa provocou uma situação desesperadora entre aquela população, pois a terra era o seu único meio de sustento, e estes estavam desamparados pela esfera política local, sendo a Igreja a única instituição que os auxiliava. Assim, o padre Jentel escreveu uma carta denunciando o descaso da CODEARA com aquela população que já habitava a área há anos.

Por incrível que pareça o governo do Estado de Mato vendeu tudo: terras ocupadas por particulares, terras ocupadas pela Igreja há mais de 30 anos, inclusive a igreja, escolas, etc., e terras sob a jurisdição do Governo Federal. Tudo foi vendido a companhias particulares de São Paulo. Dentro de algum tempo, essa situação poderá tornar-se explosiva (ARQUIVO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA apud SOUZA, 2010, p. 240).

Orientados pela Igreja, esses grupos de posseiros tomaram conhecimento que eram proprietários legais dessas terras, pois já viviam nelas há anos, tendo assim o direito de posse garantido pelo Estatuto da Terra. Cientes dessa condição e amparados pelas prerrogativas da lei, os posseiros se defenderam da tentativa de expropriação promovida pela empresa para assegurarem o direito de suas posses.

Neide Esterci relata que a ação dos posseiros foi um ato necessariamente defensivo, haja vista que esta população se defendeu das arbitrariedades cometidas pela CODEARA a fim de garantir seus direitos:

Dizer que o movimento dos posseiros de Santa Terezinha foi um movimento de resistência implica, neste sentido, dizer que foi marcado por um caráter essencialmente defensivo, os posseiros se opondo à tomada das terras por eles já ocupadas, e sobre as quais se julgavam com direitos, fosse em função de seus critérios de acesso à terra, fosse da compreensão que tinham, naquele momento, da definição de direitos a partir dos critérios do código oficial (ESTERCI, 1987, p. 12-13).

O movimento de resistência dos posseiros ocorreu de forma violenta, mas com o uso de um armamento precário, utilizado por estes apenas para caçar. Mas naquele momento foi o único meio encontrado para enfrentar a empresa e garantir o direito de suas posses. A CODEARA já vinha empregando atos de violência, bem como provocando situações que impediam os agricultores de trabalhar nas suas antigas terras; sendo estes fatos evidenciados a partir dos relatos descritos por Neide Esterci (1987), demonstrando as táticas aplicadas pela agropecuária, como por exemplo, atear fogo nas

roças, nas reservas florestais que eram utilizadas para caçar, retirar madeira para construção de moradias e coleta da lenha; ameaças empregadas por seus capangas para intimidar os trabalhadores e forçar-lhes a vender suas terras por preços bem inferiores; empregar-lhes medo a fim de conseqüentemente fazer-lhes abandonar suas posses e partir em busca de outros lugares para sobreviver.

Os agricultores estavam acuados pois, como vimos, a empresa os pressionava de todas as formas para deixarem suas terras. A reação dos posseiros contra a CODEARA foi uma alternativa encontrada para garantir seus direitos sobre suas posses, bem como uma forma de se defenderem das ameaças da empresa e se imporem como legítimos proprietários daquelas terras.

Souza nos mostra que os jornais da época noticiavam fatos que apontavam os posseiros e o padre Jentel como subversivos e comunistas, mas em contrapartida a Prelazia de São Félix do Araguaia desenvolveu um mecanismo de defesa para ajudar os posseiros durante o conflito, conforme nos expõe a autora:

[...] a Prelazia de São Félix do Araguaia denunciava a violência que a população sofria. Estas denúncias eram feitas no Brasil e no exterior, assumindo repercussão nacional e internacional. Sensibilizada, a opinião pública, sobretudo, a internacional, através de várias entidades, passa a apoiar a luta da Prelazia em defesa desses posseiros e contra a expropriação e a exploração da população local. Muitas vezes, o que não se podia denunciar aqui no país, era denunciado às autoridades e organizações internacionais (SOUZA, 2010, p. 243).

A partir da intervenção do padre Jentel como mediador dos interesses do grupo de posseiros no conflito de Santa Terezinha, o Estado teve que tomar medidas decisivas para amenizar o conflito entre a CODEARA e os antigos ocupantes do espaço. O Governo Federal, junto aos órgãos competentes, acelerou o processo de demarcação das áreas, reconhecendo o direito de posse nos termos definidos pelo Estatuto da Terra, de 1964, à população que já habitava o povoado antes da chegada da empresa.

O dia 03 de março de 1972 é considerado pela população de Santa Terezinha como o dia da sua vitória. Assim, todos os anos a data é comemorada com festas e celebrações em homenagens aos “heróis” daquela luta cujo mártir é o Padre Francisco Jentel, “considerado o defensor do povo do Araguaia” (SOUZA, 2010, p. 245).

Após o conflito de Santa Terezinha o governo militar passou a apontar o padre Jentel como o mentor intelectual dos acontecimentos contestatórios e violentos naquele

povoado. As acusações contra o religioso foram efetuadas em jornais pelo diretor da Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia, Sr. Carlos Alves Seixas, o qual acusou Dom Pedro Casaldáliga e o Padre Francisco Jentel como responsáveis pela campanha difamatória contra o governo brasileiro e por usarem os posseiros para depredação e invasão das propriedades. O diretor ainda afirmou que com a chegada dos novos leigos na Prelazia, o trabalho foi intensificado junto à população local com a entrada de armas automáticas que estariam escondidas em Santa Terezinha, bem como que o conflito pela construção do ambulatório foi desnecessário, visto que há mil metros existia um hospital.

O empresário Carlos Alves denunciou os fatos à polícia militar do Estado de Mato Grosso que, sob o comando do Capitão Evangelista, foi até a região apurar as acusações. “Acompanhados pelo gerente e funcionários da CODEARA a guarnição que estava desarmada foi surpreendida por uma emboscada dos moradores através do comando da ação guerrilheira liderada pelo bispo de São Félix e pelo padre Jentel”. (Correio Brasiliense: Guerrilha: Empresários Acusam Padre, 11/03/1972. Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – R06. 2.37, p. 2).

Diante dessas acusações, os bispos de Goiás se manifestaram em defesa do padre Jentel divulgando uma carta da versão esclarecida por Dom Pedro Casaldáliga que demonstra os “verdadeiros” responsáveis pela crise em Santa Terezinha:

- 1 – a CODEARA, pela sua descontrolada ambição;
- 2 – as autoridades municipais de Luciara e as autoridades estaduais de Mato Grosso, pela convivência pelos desmandos da companhia;
- 3- Alguns elementos de órgãos federais, pela grave omissão no caso. (Correio Brasiliense: Guerrilha: Empresários Acusam Padre, 11/03/1972. Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – R06. 2.37, p. 2).

O padre Jentel estava no Rio de Janeiro em uma reunião com o secretário geral da CNBB – Dom Ivo Lorscheiter, e logo após prestou depoimento à imprensa repudiando as acusações de subversão, bem como “as perseguições sistemáticas da polícia para capturar os líderes civis do suposto movimento que não existe em Santa Terezinha” (Correio Brasiliense: Guerrilha: Empresários Acusam Padre, 11/03/1972 - Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – R06. 2.37, p. 2).

Não só os empresários acusaram o padre Jentel como o responsável pelo conflito em Santa Terezinha, como também o governador do Estado de Mato Grosso,



José Fragelli. O governador esteve em São Paulo para manter uma série de contatos com as autoridades municipais, estaduais, militares e empresários, e naquela oportunidade concedeu entrevista ao *Jornal Estado de São Paulo*, em 02 de maio de 1972, com o título “Fragelli acusa padre e bispo”. José Fragelli declarou que

“tanto o padre Jentel como o bispo de São Félix, dom Pedro Casaldáliga, estavam incitando os posseiros daquela região contra as companhias agropecuárias que estavam se instalando na área do Araguaia. De acordo com as investigações feitas depois do incidente de Santa Terezinha, quando oito funcionários da CODEARA foram feridos à bala, chegou à conclusão de que o mentor intelectual da revolta tinha sido o padre Jentel, que, no momento, se encontra foragido (...) Esses dois religiosos, de tendências puramente esquerdistas, mantêm em ação um bem caracterizado plano de agitação, orientados provavelmente, por agentes de outros países” (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – R06. 2.56, p. 01).

A mídia foi um importante instrumento utilizado para difamar trabalho de leigos e religiosos da Prelazia de São Félix, com o intuito de construir uma imagem de uma instituição que estava impedindo o avanço e o progresso da Amazônia e estimulando posseiros e *peões* a se revoltarem contra as empresas e, conseqüentemente, com ajuda de grupos políticos internacionais destruïrem o governo brasileiro.

É interessante notar que Dom Pedro Casaldáliga ainda é considerado pelos políticos e fazendeiros locais como sinônimo de atraso da região devido o seu posicionamento contra a construção de hidrovias, contra o desmatamento, queimadas e o cultivo de grandes lavouras. Mas em contrapartida ele é favor de causas que considera como o verdadeiro progresso para o Araguaia, por exemplo, a reforma agrária, a causa indígena, a preservação dos recursos naturais, a distribuição equitativa da riqueza (JORNAL DO MAGISTRADO, 2003, p. 18), ou seja, nesta região nos deparamos com interesses distintos e concepções diferentes acerca do efetivo “progresso” do Araguaia.

A concepção de progresso dos empresários guiados pela ideologia capitalista se restringe ao desenvolvimento econômico, tendo como objetivo o lucro, obtido através da “mais-valia”. A Igreja de São Félix do Araguaia liderada por Dom Pedro Casaldáliga seguia a orientação da Encíclica “*Populorum Progressio*” do Papa Paulo VI (março de 1967), e da Conferência do CELAM de Medellín (1968), convocada pelo Papa Paulo VI

para discutir a aplicação das orientações do Concílio Vaticano II. Ambas orientaram o clero e leigos a fazer uma “opção preferencial pelos pobres”.

São duas concepções opostas que se confrontam no Araguaia mato-grossense. Até então a hierarquia da Igreja era habituada a frequentar a mesa dos coronéis, empresários e políticos. Quando um bispo passou a usar chapéu de palha, a andar de ônibus de linha, ou em voadeira pelo Araguaia, a visitar aldeias indígenas, casas de caboclos e posseiros, a defender *peões*, e a denunciar as arbitrariedades das agropecuárias, o resultado foi o confronto.

Estas concepções divergem desde a implantação dos projetos agropecuários no espaço da Amazônia que privilegiaram grupos econômicos com alto poder aquisitivo em detrimento da população pobre que já habitava aquelas áreas antes da chegada dessas empresas. Ainda há problemas de demarcação de suas terras pelo governo brasileiro, como é o caso da fazenda Bordolândia com a área de 56 mil hectares situada entre os municípios de Bom Jesus do Araguaia e Serra Nova Dourada, que é palco de conflitos envolvendo índios e posseiros que ocupam irregularmente a terra indígena Marãiwatsede e os próprios índios (JORNAL ÁGUA BOA NEWS, 2010).

Com a prisão de Francisco Jentel após 1972 e sua condenação, e posterior expulsão do Brasil, outras pessoas tomaram frente nos trabalhos realizados por este padre integrando-se à equipe pastoral de Santa Terezinha, dentre elas: Padre Antonio Canuto, Terezinha e Tadeu, Pontim, Tereza, Aparecida, Eli e Edgar prosseguiram com os projetos de Jentel pensados para a região, como saúde, educação e a garantia pelos direitos de terra (SOUZA, 2010, p. 246).

Após a prisão do Padre Jentel, os agentes pastorais, leigos e padres que passaram a efetuar o seu trabalho sofreram uma violenta perseguição pelos militares. Os relatos que descrevem as atrocidades cometidas pelos agentes militares contra os militantes da Prelazia de São Félix estão disponíveis na pasta de código A.08, intitulada “Repressão e Arbitrariedades Policiais”. O documento que informa a invasão da Prelazia de São Félix do Araguaia pela polícia militar, juntamente com oficiais do exército e da aeronáutica no início de junho de 1973 foi elaborado por Dom Pedro Casaldáliga para informar os acontecimentos violentos na Prelazia. Foi uma forma de dar visibilidade para os problemas da região, bem como chamar a atenção de órgãos comprometidos com os direitos humanos e buscar junto a estes soluções para o sofrimento daquela população.

Com a sentença do Padre Jentel em 28 de maio de 1973, julgado em Campo Grande e condenado a 10 anos de prisão, Dom Pedro Casaldáliga considerou que a vinda do destacamento militar permeada por atos repressivos estaria vinculada possivelmente à condenação do padre, pois os militares pretendiam impedir uma eventual reação da população de Santa Terezinha ou da região. Pretendiam ainda atemorizar o bispo e a equipe da Prelazia. Para Casaldáliga os militares não estavam satisfeitos apenas com a condenação de Jentel, mas queriam o extermínio da Prelazia e, conseqüentemente, o fim das ações de justiça e liberdade desencadeadas por esta Igreja. (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia - A08. 2.03, 1973, p. 01).

Na madrugada de 4 de junho de 1973 os militares começaram a empreender os atos de violência contra a população da Prelazia. O povoado de Serra Nova foi invadido por cerca de sessenta militares armados de metralhadoras que iniciaram a operação com descargas de tiros na entrada do patrimônio, passando em seguida a revistar todos os ranchos. A casa pastoral foi invadida e os agentes da Igreja foram violentamente despertados com as metralhadoras apontadas para eles; em seguida todos foram revistados, seus pertences foram vasculhados e apreenderam todo material escrito (cartas, livros, revistas, documentos). Os moradores também sofreram os atentados dos militares, com suas casas invadidas, chefes de famílias sendo violentados fisicamente e as crianças intimidadas com as armas no momento em que se efetuavam a busca por revólveres, armas de caça, facões e facas de cozinha.

As casas das *Irmãzinhas da missão Tapirapé* também foram invadidas por militares que chegaram até o local de avião, com a presença de um Tenente da polícia militar de Cuiabá e três soldados armados com metralhadoras. Os policiais alegaram ter recebidos ordens de Cuiabá para verificar os documentos do local. (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.03, 1973, p.02).

Para mobilizar a opinião pública, a descrição desses acontecimentos aterrorizantes foi enviada por Dom Pedro Casaldáliga à Dom Tomás Balduino, Dom Ivo Lorscheider, Dom Aluísio e outros para denunciar a invasão da residência episcopal a mão armada por militares da polícia de Barra do Garças, os quais os obrigaram a abrir os arquivos. Revistaram todo o recinto à procura do leigo José Pontim, professor em Pontinópolis, cuja casa foi invadida pela polícia militar, onde roubaram pertences pessoais (gravador, máquina fotográfica, coleção de alfabetização de Paulo Freire, livros, facão, foice, machado, apostila dos Salmos de Ernesto Cardenal onde destacava



as instituições SNI, CIA, KGB, FMI, e o rascunho da última reunião da Prelazia). Todo este material foi considerado altamente subversivo, conforme os interrogatórios prestados pelo leigo posteriormente na cidade de Campo Grande (Pontim, José. Depoimento escrito. São Félix do Araguaia, 01 de maio de 2007, p. 02).

Além destes atos, foram presos e espancados no dia 08 de julho de 1973 o leigo Tadeu, e os padres Antonio Canuto, Eugênio, Leopoldo Belmonte e Pedro Mari para delatarem o paradeiro do leigo Pontim. Essas informações foram reproduzidas por um grupo que se identificou como leigos e religiosos de São Paulo, um mecanismo utilizado para driblar a censura e dar publicidade aos fatos ocorridos na Prelazia como em outras localidades vítimas da repressão daquele momento. (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.23, 1973, p.1).

O padre Antônio Canuto fez um relatório a respeito da sua prisão e espancamento, ocorrida no dia 08 de julho de 1973 quando a casa pastoral foi invadida violentamente por um grupo de militares que estavam à paisana. Ele descreveu que, primeiramente, foi agarrado pela camisa por um indivíduo armado, recebeu socos e pontapés e o levaram para o interior de uma viatura onde perguntaram sobre o leigo Pontim, com fortes tapas no rosto e na boca. Em seguida, o padre Canuto e outro padre chamado Eugênio foram conduzidos à fazenda AGROPASA, onde encontraram os padres Pedro Mari e Leopoldo Belmonte, sendo este último espancado por vários indivíduos recebendo tapas no rosto e na boca. (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.11, 1973, p.01).

Os militares referiam-se aos posseiros como pessoas ignorantes e diziam que a Igreja não deveria se meter com os problemas de terras, pois isto era considerado um ato de pura agitação. Mas o padre Canuto tentou demonstrar que o procedimento da Prelazia era de conscientizar os posseiros sobre os direitos que a lei lhes garantia a partir da própria Constituição, passando pelo Estatuto da Terra e por fim o Decreto de 70.430 de 17/04/72 (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.11, 1973, p.02).

Os escritos de Dom Pedro Casaldáliga e o jornal Folha Alvorada foram apontados como atos injuriosos às forças armadas, sendo o bispo acusado de incitar o povo contra o regime militar. Depois de muitos questionamentos e humilhações os padres foram levados de volta para a casa pastoral, com ordens para não se retirarem até que o Capitão os liberasse.

Dentre os relatos mais impactantes que expõem a violência militar contra os agentes da pastoral, estão aqueles presentes nas cartas dos leigos presos durante a ação violenta na Prelazia no dia 04 de junho de 1973. Na casa das *Irmãzinhas de Jesus* foram presos Edgar e Thereza Adão, visitantes do Rio de Janeiro que estavam na região conhecer o trabalho das *Irmãzinhas* na Aldeia dos Tapirapé. No dia seguinte, a caminho da Cooperativa Agrícola de Santa Terezinha, a leiga Terezinha foi presa por policiais que estavam à paisana.

Esses relatos foram redigidos logo após a soltura dos presos a pedido de Dom Pedro Casaldáliga. São páginas longas relatando torturas, ameaças, violência física e psicológica, expressões de um regime de exceção voltado à implementação do terror no campo.

Os agentes pastorais da Prelazia de São Félix do Araguaia foram presos e conduzidos para Cuiabá onde prestaram seus primeiros depoimentos. Todos foram questionados sobre o paradeiro de Pontim, sendo este considerado pelos militares como “criminoso, jagunço do Padre Francisco” (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia - A08. 2.03, 1973, p. 05). No dia 08 de junho de 1973 os agentes de pastorais foram levados para Brasília e interrogados: “os interrogatórios eram a base de choque elétrico, alguns levavam socos na cabeça ou mesmo os famosos telefones, que são socos nos ouvidos” (Relatório de Prisão de Terezinha – Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A08. 2.14, 1973, p.19).

Nos interrogatórios havia muitas perguntas, dentre elas podemos destacar: qual a organização que a Prelazia fazia parte; falar politicamente sobre o Padre Francisco Jentel e Canuto; quais as atividades políticas eram realizadas na Prelazia; em que lugar ocultavam os depósitos de armas e rádio transmissor; códigos de cartas e siglas utilizadas para os agentes se identificarem como elementos da Prelazia; o que o Padre Jentel pensava politicamente, o que fazia ao sair de viagem, como recebia dinheiro e por parte de quem, se havia participado de movimento estudantil; o que era ideologia; como havia conhecido o padre Jentel.

Interessante notar que esta ação repressiva dos militares na Prelazia de São Félix do Araguaia ocorreu concomitantemente com a campanha do exército contra o movimento denominado de “Guerrilha do Araguaia”, esta localizada próximo ao rio Araguaia, na divisa entre os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins (sendo este último na época, pertencente ao Estado de Goiás). A guerrilha foi organizada pelo Partido

Comunista do Brasil (PC do B), que desde meados dos anos 1960 já mantinha militantes na região do conflito. O movimento foi descoberto em 1972, possivelmente delatado por uma militante que tinha ido fazer tratamento médico em São Paulo e foi presa pelos militares. Apesar dos guerrilheiros serem em número menor e com um armamento relativamente inferior ao do exército, os militares precisaram efetuar três campanhas para, enfim, conter os conflitos na região do Araguaia em dezembro de 1973 (GORENDER, 1987). Em depoimentos posteriores a este fato, Dom Pedro Casaldáliga e alguns leigos afirmam que a Prelazia foi muito perseguida durante os anos da ditadura pela desconfiança dos militares no envolvimento dos agentes pastorais, padres e leigos, com o movimento da Guerrilha do Araguaia.

Os presos ficaram detidos em Brasília até o dia 12 de julho de 1973 e foram transferidos para o Quartel da 14ª Polícia do Exército na cidade Campo Grande, que na época pertencia ao Estado de Mato Grosso. José Pontim havia sido preso em São Félix do Araguaia no dia 09 de julho e também levado para Campo Grande. Neste Quartel os agentes pastorais da Prelazia vivenciaram os piores dias de suas vidas, o medo e a sensação da morte eram constantes; as acusações que lhes pesavam decorriam do simples fato de se comprometerem na luta pela justiça e liberdade de uma população desamparada pelo Estado, ato este considerado como subversivo pelos militares que viram tal ação como decorrente de movimentos políticos que tinham a pretensão de acabar com o governo brasileiro.

O Estado que se fazia pouco presente naquela região aparecia para estas pessoas utilizando-se do monopólio da violência através da repressão direta. Esta ação do Estado demonstrava o que Arendt (2009) avaliou como a perda de poder, pois o uso da violência destrói a relação do poder, visto que o lugar ocupado por um elimina o outro. A violência alcança a sujeição do indivíduo através da repressão e o poder a partir do consentimento proveniente do acordo inicial entre homens livres e iguais, assim, a violência se diferencia do poder pelo seu caráter instrumental, ao passo que esta se torna justificável quando se impõe com uma finalidade a ser atingida. Portanto, se o poder advém do consentimento, conclui-se que “jamais existiu governo exclusivamente baseado nos meios da violência” (ARENDR, 2009, p. 67), lembrando que onde a violência atua de forma recorrente, o poder já se deteriorou.

Vale ressaltar que para Arendt o poder está condicionado aos números, enquanto a violência até certo ponto pode agir sem eles, porque está amparada pela

natureza instrumental, visto que “a forma extrema do poder é Todos contra Um; a forma extrema da violência é Um contra Todos” (ARENDDT, 2009, p. 58). O depoimento abaixo expressa, de modo chocante e trágico, o que significava autoridade e poder para as forças militares do Estado de exceção brasileiro no período em estudo:

A primeira vez levei choque todo o tempo, ficava deitado de bruços no chão e colocaram os terminais dos fios no glúteo. Os choques causavam uma contração violenta dos músculos da perna, causando uma dor horrível. A segunda vez não levei choque, só um pontapé na perna e um tapa na cabeça, juntos com ameaças de choque novamente. Desta vez eu estava sentado. Na terceira vez estive sentado, e me fizeram deitar três vezes no chão com ameaças de choques, sendo que realmente me aplicaram só uma destas vezes. Nesta vez ainda fui estonteado com um murro na cabeça (Relatório de Prisão de Tadeu – Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A08. 2.15, 1973, p. 13).

São marcas que certamente estas pessoas levaram pela vida toda, sem contar que foram também destituídas dos seus familiares e da sua comunidade e tiveram as suas vidas roubadas enquanto, vivenciavam dias de terror e de violência. Seus direitos foram ceifados como se não fossem seres humanos e cidadãos.

No Araguaia mato-grossense vemos que o Estado, que em tese deveria garantir os direitos e a segurança dos indivíduos bem como atenuar as práticas de violência contra estes, aparece naquele momento como um Estado de terror. A sua incipiente presença foi quebrada pelo uso exacerbado da violência, a qual pode ser analisada de acordo com Yves Michaud, segundo o qual a “intensidade e ferocidade da repressão estão na verdade ligadas à vontade do Estado de afirmar sua supremacia e seu monopólio do poder” (MICHAUD, 1989, 28). O depoimento abaixo é, uma vez mais, a expressão nua e crua destas premissas de intensidade e ferocidade aplicadas pelo Estado contra os seus próprios cidadãos, por ele considerados inimigos a serem combatidos:

Enquanto sucediam-se as sessões de tortura (choques elétricos pelos corpos e socos tipo telefone nos ouvidos) éramos inquiridos sobre nossa participação na Guerrilha do Araguaia da qual apenas tínhamos notícias, sobre a história de material escolar, brincadeira que conversávamos na Prelazia e que insistiam ser um código de armas por nós utilizadas. E assim, noite após noite as grades das celas abriam-se rangendo seus ferrolhos e saía um para a cela de torturas. Os que ficavam, rezavam. Quando as torturas extrapolavam a resistência já bastante precária aplicavam injeção não se sabe do que para recobrar a resistência. Muitos choques elétricos nas costas,

órgãos genitais, evitando choques na parte da frente pois poderia levar a óbito e pelas costas forçava a coluna no sentido contrário o que causava muita dor e stress. (Pontim, José. Depoimento escrito. São Félix do Araguaia, 01 de maio de 2007, p. 04).

No século XX a tortura tornou-se um instrumento corrente no governo. Passou a ser praticada em inúmeros países, principalmente na América Latina, sendo esta implícita e o seu caráter de clandestinidade lhe conferia eficiência, mas os cidadãos tinham ciência de que se fossem presos corriam o risco de serem torturados. A tortura não decorria apenas no ato de obter informações, mas também estava incumbida de humilhar, fazer mal e violentar a vítima, bem como aterrorizá-la, aterrorizar parentes e amigos, enfim a sociedade de um modo geral.

A força repressiva empregada pelo regime de exceção advém do princípio jurídico que confere ao Estado a sua institucionalização pelo poder e substitui o arbítrio pela regra. Assim, a violência aplicada pelo Estado é exercida segundo as leis, a força é exercida “com certa regularidade e uma certa uniformidade conforme regras conhecidas” (MICHAUD, 1989, p. 56), ou seja, a violência empregada pelo Estado, mesmo por um Estado autoritário, está submetida a restrições legais. Mais uma vez, o Estado autoritário brasileiro implementou com rigor estas premissas, como podemos observar no documento abaixo, o qual relata mais procedimentos de tortura:

Ao colocarem as “pegas” do eletro-choque nas costas quiseram saber o que eram as marcas encontradas nas costas. Fiquei quieto pois estavam bem claras serem as marcas dos choques. Então disseram que não adiantava me fazer de vítima arranhando as costas (Relatório de prisão de Pontim – Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A08. 2.17, 1973, p. 02).

O medo era uma arma importante contra os indivíduos considerados subversivos de forma que era necessário disseminar a ideia da existência de centros de tortura que culminavam no desaparecimento de pessoas, e que, conseqüentemente, qualquer um estava sujeito ao desaparecimento e a tornar-se alguém que nunca havia existido. Neste sentido, o relato de José Pontim é bem elucidativo: “As notícias chegavam de todos os quadrantes da Prelazia, agentes, líderes de posseiros, presos com paradeiro desconhecido (...) eles (diziam) “seria fácil em caso de óbito levar o corpo e soltar no meio de uma pista, passar uma viatura por cima e dizer que foi fuga e suicídio” (Pontim, José. Depoimento escrito. São Félix do Araguaia, 01 de maio de 2007, p. 03-

04). Sobre esta ótica, Yves Michaud demonstra que “os torturadores são cada vez menos carneiros, e sim técnicos com seus eletrodos, médicos psiquiatras com suas drogas, até especialistas da ação psicológica, do condicionamento, da chantagem efetiva ou da privação sensorial” (MICHAUD, 1989, p. 58).

Como consequência desta violência ocorreu a atomização do campo social, a desintegração da vida pública, a desconfiança e o medo entre os cidadãos, resultado de uma política de um Estado de terror que culminou na eliminação de vidas. “Depois disso tudo ficaram as conseqüências, o medo de qualquer elemento fardado e a possibilidade de ser preso novamente” (Pontim, José. Depoimento escrito. São Félix do Araguaia, 01 de maio de 2007, p. 05).

Após um mês de prisão os agentes pastorais tiveram o seu regime de incomunicabilidade quebrado e passaram a poder escrever cartas para seus familiares, a tomar banho de sol uma vez ao dia e a receber visitas duas vezes por semana, dentre as quais vieram os bispos de Campo Grande, Dourados, Cáceres, Cuiabá e Rondonópolis, além de vários padres e leigos.

Dom Pedro Casaldáliga não se calou diante do cenário de violência que tomou a Prelazia de São Félix do Araguaia, pois se calar significaria atribuir naturalidade para tal ato compreendido naquele momento como algo corriqueiro característico do espaço da Amazônia. Casaldáliga não deixou que esta noção se petrificasse na sociedade brasileira e indignou-se com a ação do governo em reduzir o ser humano à condição de coisa violando-o fisicamente e psicologicamente. Assim, a forma como Dom Pedro Casaldáliga encarou esse problema se resolveu a partir do mecanismo de dar publicidade aos acontecimentos no Araguaia, utilizando da sua habilidade política de um não enfrentamento direto e apelando para instituições nacionais e internacionais, as quais se sensibilizaram com os problemas da Prelazia e abraçaram a causa junto ao bispo.

No dia 19 de agosto de 1973 houve uma grande celebração e manifestação em São Félix do Araguaia com a presença de quinze bispos, inclusive representantes do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e da CNBB. Esta celebração repercutiu em toda imprensa nacional e internacional – Espanha, França, Alemanha, Itália, repudiando a ação repressiva do governo militar e pressionando para a soltura dos agentes pastorais da Prelazia. (Pontim, José. Depoimento escrito. São Félix do Araguaia, 01 de maio de 2007, p. 05).

Este ato resultou na soltura dos presos na manhã seguinte: Therezinha, Tadeu, Pontim e Thereza Adão, os quais foram encaminhados para exames médicos e obrigados a assinar um documento afirmando que não foram torturados. Interessante apontar que nos relatos dos agentes pastorais, estes demonstram que não haviam perdido a esperança de lutar pelos problemas presentes na Prelazia de São Félix do Araguaia. Passar por aquela experiência trágica os havia fortalecido mais, pois estavam envolvidos com uma Igreja comprometida com a libertação do seu povo e que não se calava diante as ameaças de violência. Caminhava sim para denunciar as estruturas de dominação que empregavam ações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural, como impor o poder por meio do uso da violência e o terror de Estado, seja ele expresso pelas forças militares do Governo Federal ou do Estado de Mato Grosso.

Considerações Finais

Dom Pedro Casaldáliga teve muita habilidade e coragem ao denunciar a violência no Nordeste de Mato Grosso, evitando um enfrentamento direto com a elite dominante. A forma como Casaldáliga lutou contra a violência se pautou no uso de textos sagrados, poesias, arte – através dos Murais da Libertação e a Caminhada dos Mártires⁵ como atos de denúncias que cumprem a função de materializar (no caso dos Murais presentes nos altares das Igrejas da Prelazia) e lembrar a violência que tomou o Araguaia durante a implantação dos projetos agropecuários no período da ditadura militar.

Casaldáliga não se calou diante das injustiças que vivenciou (e vivencia) no Araguaia. Mesmo em um período de repressão ele denunciou a desigualdade social, a violência e a morte, suscitados em um contexto político social cujos indivíduos não eram sujeitos da história, mas apenas um dos elementos que moviam a sociedade, os quais tiveram as suas vidas modificadas pelos interesses das forças políticas que estavam direcionadas naquele espaço para a elite agrária.

A criação da Prelazia de São Félix do Araguaia e a chegada de Dom Pedro Casaldáliga transformaram os rumos da Igreja no Brasil em geral e na região do

⁵A cada cinco anos no mês de julho, milhares de pessoas se encontram em Ribeirão Cascalheira/MT para realizar uma romaria dedicada à memória daqueles que foram mortos defendendo a vida de índios, posseiros e *peões*. É um encontro que celebra as causas: indígenas, negros, mulheres marginalizadas, meninos de rua, dos operários, dos assentados. Este encontro tem a função de lembrar a morte de pessoas consideradas mártires e que lutaram por diversos problemas do mundo contemporâneo. Os participantes deste encontram renovam o seu compromisso com as lutas pela vida e pela justiça.

Araguaia, bem como a percepção de que dela possuíam a população local. Esse episcopado, seu clero, os demais religiosos e os leigos se tornaram referências na luta pelos direitos humanos, na defesa dos posseiros, *peões* e das causas indígenas.

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BORDIN, L. *O Marxismo e a Teologia da Libertação*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1987.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix do Araguaia, 1971. (mimeo).

ESCRIBANO, Francisc. *Descalço sobre a terra vermelha*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2000.

COMBLIN, José. *Cristãos rumo ao século XXI: nova caminhada de libertação*, 3ª edição, São Paulo, Paulus, 1996.

_____. *Antropologia Cristã*. trad. port., Petrópolis, Editora Vozes, 1992.

DELUMEAU, Jean; MELCHIOR BONNET, Sabine. *De religião e de homens*. [tradução Nadyir de Salles Penteadó]. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

HAESBAERT, Rogério. *A noção de rede regional: reflexão a partir da migração “gaúcha” no Brasil*. Território, v.3, n. 4, p. 55-71, jan./jun.1998. Disponível em: <FTP://146.164.23.131/terr/N_04/04_5_haesbaert.pdf>. Acesso em: 20 mai.2010.

JOANONI NETO, Vitale. *As diferentes faces da Igreja Católica Mato-grossense no último quarto do século XX*. In: *Igreja Católica e os cem anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910 – 2010)*. PERARO, Maria Adenir (Org.). Cuiabá: EDUFMT, 2008.

JORNAL ÁGUA BOA NEWS. *Bom Jesus do Araguaia: assentados da Bordolândia pedem apoio à Maggi*. Água Boa, 27 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.aguaboanews.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7928:bom-jesus-do-araguaia-assentados-da-bordolandia-pedem-apoio-a-maggi&catid=5:cidades&Itemid=14>. Acesso em: 17 jun. 2011.

JORNAL DO MAGISTRADO. *Entrevista: Dom Pedro – O intruso*. Brasília, out/Nov, 2003. Disponível em: <http://www.amb.com.br/docs/publicacoes/outros/revista_amb_ed71.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2011.

LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1991

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil. 1916/1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

SOARES, Luiz Antonio Barbosa. Trilhas e Caminhos: povoamento não indígena no Vale do Araguaia, parte Nordeste do Estado de Mato Grosso, na primeira metade do século XX. In: *Mato Grosso: A (re)ocupação da terra na fronteira amazônica* (século XX). BARROZO, João Carlos (org). São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2010.

SOUZA, Maria Aparecida Martins. A luta pela permanência na terra: a resistência dos posseiros de Santa Terezinha. In: *Mato Grosso: A (re)ocupação da terra na fronteira amazônica* (século XX). BARROZO, João Carlos (org). São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2010.

SUFFERT, Georges. *Tú és Pedro: santos, papas, profetas, mártires, guerreiros, bandidos. A história dos primeiros vinte séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Dissertações:

CASTRAVECHI, Luciene A. "*Correntes do Araguaia: a exploração de trabalhadores migrantes no Nordeste de Mato Grosso durante a década de 1970*". Cuiabá: UFMT, 2012. Dissertação (Mestrado em História na área de concentração: História, territórios e fronteiras), Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá, 2012.

GOMES, Maria Henriqueta dos Santos. *Um Grande Ateliê: a arte a serviço da missão (1977-2001)*. Cuiabá: UFMT, 2012. Dissertação (Mestrado em História na área de concentração: História, territórios e fronteiras), Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá, 2012.

GONZAGA, Agnaldo Divino. *Anel de Tucum: a missão evangelizadora de Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia*. Goiânia: UCG, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Católica de Goiás, Campus Goiânia, 2005.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. *Entre a cruz e a foice: D. Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia*. São Paulo: Unicamp, 2007. Dissertação (Mestrado na área de concentração de História Cultural), Universidade Estadual de Campinas, Campus Campinas, 2007.